



ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 2016

Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de Julho de 2016 (dois mil e dezesseis), às 15hs. (quinze horas), na Sala de Reunião do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia - IPERON, situado na Avenida Sete de Setembro, 2557 – Bairro Nossa Senhora das Graças, nesta capital, realizou-se a 7ª (sétima) Reunião Ordinária do Conselho de Administração de 2016. Estavam presentes a Presidente Maria Rejane Sampaio dos Santos Vieira e os Conselheiros: Adma Franciane Levino Gonzaga - Representante do Poder Executivo; Andrea Maria Rezende - Representante do Poder Executivo; Adailton Silva Lima - Representante do Sindicato do Poder Executivo; Adriel Pedroso dos Reis – Representante do Sindicato dos Servidores do Tribunal de Contas; Christian Norimitsu Ito - Representante do Ministério Público; Claudio Fon Orestes - Representante do Tribunal de Contas; Francisco Borges Ferreira Neto – Representante do Poder Judiciário; George Alessandro Gonçalves Braga - Representante do Poder Executivo; Helga Terceiro de Medeiros Chaves - Representante do Sindicato do Poder Legislativo; Lucineia Lobo Moreira Braga – Representante do Poder Legislativo; Leonardo Hernandez de Figueiredo - Representante do Sindicato do Ministério Público; Raiclin Lima da Silva - Representante do Sindicato do Poder Judiciário; Vanda Vilhena de Melo - Representante do Sindicato do Poder Executivo – Inativos, conforme assinaturas apostas em folha para registro de presenças, fazendo parte da presente Ata. A Reunião teve como Pauta, na Ordem do Dia: a) Deliberação e aprovação com as alterações da Minuta da Resolução do Regimento Interno do CAD e o Anteprojeto de LC para fins de regulamentação das atribuições de Auditor Geral do IPERON (Conselheiros Adriel Pedroso dos Reis e Leonardo Hernandez de Figueiredo); b) Renúncia do membro do Conselho Superior Previdenciário Sr. Roney da Silva Costa; e c) Deliberação e manifestação quanto ao Projeto de Lei Complementar nº 082/2016, que se encontra na Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia (ALE-RO), alterando LC 432/2008, relacionado às regras de pensão para dependentes de servidores públicos civis e militares (a pedido do Conselheiro Adriel Pedroso dos Reis). A Presidente Maria Rejane, ao constatar a existência de quórum, abriu a 7ª Reunião Ordinária do Conselho Administrativo, dando boas-vindas a todos, oportunidade em que iniciou falando sobre as propostas de alterações da Resolução do Regimento Interno do CAD e a proposta de Projeto de LC para fins de regulamentação das atribuições de Auditor Geral do IPERON, apreciado na reunião ordinária anterior para deliberação e aprovação nesta reunião ordinária. Falou ainda que tem algumas sugestões quanto ao assunto, que na Minuta da Resolução do Regimento Interno do CAD, Art. 1º. O artigo 1º da Resolução nº 001/2011-CAD/IPERON que altera art. 2º, especificamente a letra “C”, o qual o texto é redigido da seguinte maneira, *“havendo mais de um candidato ao cargo, será feita a análise de seus currículos por um Membro do CAD, designado pelo Conselho, o qual indicará aos demais até 3 (três) para votação, por maioria absoluta, sendo escolhido o que tiver maior número de votos, cabendo à Presidência do IPERON encaminhar o nome do indicado ao Governador do Estado de Rondônia para nomeação”*. Ressaltou dizendo que não foi criado nenhum critério objetivo para a definição da lista tríplice na Minuta de Resolução e sugere que sejam criados critérios objetivos e deu exemplo, como ter cursos de auditoria, certificação no mercado financeiro (ANBIMA) e outros. Enfatizou dizendo que não é necessário que na escolha do Auditor Geral do IPERON, sejam necessários que se tenham todos, mas pelo menos alguns e que os critérios sejam objetivos. A Conselheira Adma Franciane falou que devido à autonomia que o Conselho tem pela escolha para o cargo de Auditor Geral do IPERON, sugere que o Conselho faça a escolha daqueles que estiverem pré-disposto para assumir o cargo, através da análise dos currículos. O Conselheiro Francisco Borges diz que não acha necessário criar critérios objetivos, pois de qualquer forma o Conselho terá que usar alguns critérios e justificar para a indicação e escolha do Auditor Geral do IPERON. A Presidente falou que no final do texto no inciso XXX, do art. 1º, do Regimento Interno, que diz, **“...para deliberação por aquele colegiado”**, sugere que o texto fique da seguinte maneira, **“...para**



ciência”, o que foi acatado pelo Conselho. A Presidente falou que a Minuta da Resolução nº 001/2011-CAD/IPERON com as alterações, ficou da seguinte forma, “MINUTA DE PROJETO DE RESOLUÇÃO NORMATIVA RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº /CAD/IPERON, DE DE DE 2016 - Altera e acrescenta dispositivos à Resolução nº 001/2011-CAD/IPERON. O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA – CAD/IPERON, no uso de suas atribuições conferidas pelo inciso I do artigo 85, da Lei Complementar nº 432, de 03 de março de 2008 e parágrafo 8º do artigo 7º, da Lei Complementar nº 228, de 10 de janeiro de 2000. RESOLVE: Art. 1º. O artigo 1º da Resolução nº 001/2011-CAD/IPERON passa a ter a seguinte redação: “Art. 1º. Ao Conselho de Administração do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia – CAD/IPERON, órgão superior de deliberação colegiada, instituído pela Lei Complementar nº 228, de 10 de janeiro de 2000, no uso das atribuições conferidas pelas Leis Complementares nº 432, de 3 de março de 2008 e nº 783, de 16 de junho de 2014, compete:” Art. 2º. O artigo 1º da Resolução nº 001/2011-CAD/IPERON, passa a ter acrescido os seguintes incisos: Art. 1º. ...XXIX – indicar o Auditor Geral do IPERON, dentre os Auditores de Carreira, para o exercício de suas atribuições definidas em lei, nos termos definidos no art. 7º, parágrafos 7º e 8º, da Lei Complementar 228, de 10 de janeiro de 2000, bem como destituí-lo de suas funções, mediante decisão colegiada, atendido os seguintes procedimentos: a) qualquer Membro do CAD poderá fazer a indicação de nomes de Auditores de Carreira, para o cargo de Auditor Geral do IPERON; b) havendo apenas um candidato para o cargo, o mesmo será convocado para comparecer em reunião do Conselho, na qual fará uma apresentação resumida de suas qualificações e atributos profissionais, sendo posteriormente procedida a votação, na qual será decidida, por maioria absoluta, a sua indicação ou não para o cargo; c) havendo mais de um candidato ao cargo, será feita a análise de seus currículos por um Membro do CAD, designado pelo Conselho, o qual indicará aos demais até 3 (três) para votação, por maioria absoluta, sendo escolhido o que tiver maior número de votos, cabendo à Presidência do IPERON encaminhar o nome do indicado ao Governador do Estado de Rondônia para nomeação; d) antes de ser procedida a votação para escolha do Auditor Geral será dada a oportunidade aos candidatos, para apresentarem resumidamente suas qualificações e atributos profissionais em reunião do CAD; e) a destituição do cargo de Auditor Geral poderá ocorrer por proposta da Presidência ou de qualquer um dos Membros do Conselho, que será posta em votação, sendo considerada acolhida se obtiver a maioria absoluta dos votos, cabendo à Presidência do IPERON solicitar ao Governador do Estado de Rondônia a exoneração; XXX - ocorrendo a vacância do cargo de Auditor Geral do IPERON, decorrido o prazo de 30 (trinta) dias sem que ocorra nenhuma indicação para ocupá-lo, a Presidência deverá informar esta situação ao Conselho Superior Previdenciário, para ciência. Art. 3º. Esta resolução para vigorar, a partir de sua publicação”. Após discussão, o Conselho deliberou e aprovou por maioria, vencida a Presidente que consignou entender que fossem estabelecidos critérios objetivos, a Minuta da Resolução nº 001/2011-CAD/IPERON, do Regimento Interno do CAD/IPERON, com a alteração proposta pela Presidente no inciso XXX. Em seguida, a Presidente falou do item seguinte, que é sobre o Projeto de Lei Complementar para fins de regulamentação das atribuições de Auditor Geral do IPERON, o texto com as alterações ficaram da seguinte maneira, “MINUTA DE PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. DE 2016 - Altera e acrescenta dispositivos a Lei Complementar nº 432, de 03 de março de 2008, para definir as atribuições do Auditor-geral do IPERON - A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DECRETA: Art. 1º. O artigo 7º, da Lei Complementar n. 228, de 10 de janeiro de 2000, que “Dispõe sobre a criação do Sistema Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Cíveis e Militares, Ativos e Inativos e dos Pensionistas do Estado de Rondônia e adota outras providências”, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos e incisos: Art. 7º § 10. O Auditor-Geral, cargo de assessoramento do Conselho de Administração do IPERON, tem as seguintes atribuições: I – executar atividades de nível superior, de complexidade e responsabilidade elevadas, compreendendo supervisão, coordenação, direção e execução de trabalhos de auditoria especializada do regime próprio de previdência dos servidores públicos do Estado de Rondônia, visando



auxiliar o Conselho de Administração do IPERON no acompanhamento e avaliação sistemática da gestão econômica e financeira dos recursos do Instituto e dos Fundos Previdenciários; II – supervisionar, coordenar e dirigir as atividades de auditoria e fiscalização nos sistemas contábil, financeiro, orçamentário, patrimonial, de pessoal e demais sistemas administrativos e operacionais do IPERON, de modo a auxiliar o Conselho de Administração, na apreciação da execução dos planos, programas e orçamentos previdenciários do Instituto e de seus Fundos Previdenciários; III – apresentar ao final de cada quadrimestre, relatório circunstanciando da gestão orçamentária, contábil, financeira, patrimonial e de pessoal do Instituto, visando auxiliar o Conselho de Administração, na apreciação da prestação de contas anual do IPERON e dos Fundos Previdenciários; IV – coordenar os trabalhos de auditoria do Instituto, executadas com a finalidade acompanhar a aplicação de normas legais administrativas no âmbito do IPERON, submetendo os registros de possíveis desvios e deformações em seu cumprimento, ao Conselho de Administração, para apreciação, podendo propor recomendações de medidas necessárias à regularização de impropriedades constatadas; V – supervisionar a elaboração de relatórios, pareceres, certificados de auditoria e demais documentos nos limites de sua competência; VI – supervisionar a elaboração de relatórios das auditagens no IPERON, informando ao Conselho de Administração sobre a situação dos setores auditados, com o resumo das principais falhas encontradas e formulando recomendações, para correções das irregularidades detectadas; VII - assessorar o Conselho de Administração do IPERON em assuntos de competência daquele Colegiado, relativos à auditoria e fiscalização da gestão do Instituto; VIII - comparecer perante o Conselho de Administração do IPERON, para esclarecimentos relativos às suas funções e atividades, quando regularmente convocado; IX - elaborar e submeter à apreciação e aprovação do Conselho de Administração do IPERON, até o mês de novembro, o Plano Anual de Auditoria Interna (PAAI), para o exercício subsequente, e o Plano de Auditoria de Longo Prazo (PALP), a serem realizadas por equipe de Auditores do IPERON ou por empresa contratada para esse fim, bem como a proposta de objetivos anuais, de alterações ou de ajustamentos que se fizerem necessários; X - Comunicar, de imediato, ao Conselho de Administração as irregularidades que apurar, requerendo à instauração de tomada de contas interna, para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano, quando da verificação de ocorrência de pagamento indevido ou, ainda, da prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que resulte dano ao Patrimônio do regime próprio de previdência dos servidores públicos do Estado de Rondônia, sob pena de responsabilidade solidária; XI - Verificar se a legislação do regime próprio do Estado de Rondônia está em consonância com o cálculo atuarial, bem como se o valor das contribuições previdenciárias e a estratégia de financiamento vigente estão compatíveis com as diretrizes indicadas no cálculo atuarial; XII - Verificar se os cálculos atuariais feitos orientam adequadamente a estruturação financeira e legal do Regime Próprio, bem como fornecem informações detalhadas do perfil dos servidores, beneficiários, custos dos benefícios, dentre outros; XIII - Verificar o Demonstrativo Previdenciário do Regime Próprio; o Demonstrativo Financeiro e o Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial, informando ao Conselho de Administração, mediante relatório circunstanciado quadrimestral, acerca o número de servidores, número de beneficiários, receita e despesa mensal e anual, alíquotas, remuneração, base de cálculo, dentre outras; XIV - Verificar o saldo atualizado das contas bancárias dos fundos previdenciários, a sua evolução durante o exercício anterior e o atual; XV – Verificar se está ocorrendo mensalmente, o recolhimento das contribuições previdenciárias das entidades e dos segurados para os Fundos Previdenciários pelos Poderes e Órgãos Autônomos do Estado de Rondônia, conforme prazos definidos em lei, informando ao Conselho de Administração, quando da ocorrência de eventuais atrasos; XVI – Verificar a legalidades das despesas administrativas realizadas com os recursos previdenciários, com respaldo no disposto no art. 1º III, e art. 6º, VIII, da Lei nº 9.717/98 e demais normas pertinentes, bem como se estão dentro dos limites estabelecidos no art. 17, da Lei Complementar nº 524, de 28 de setembro de 2009 e se está sendo seguido o procedimento com eventuais sobras, informando ao Conselho de Administração.



quando da ocorrência de irregularidades; XVII – Verificar se a aplicação dos recursos (disponibilidade financeira) do regime próprio dos servidores do Estado de Rondônia observou o art. 43 parágrafo 2º da Lei de Responsabilidade Fiscal e a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.244/04, informando ao Conselho de Administração, quando da ocorrência de eventuais irregularidades; XVIII - Emitir sua opinião em relação ao funcionamento dos controles internos e aos resultados obtidos no setor, através de relatório semestral a ser apresentado ao Conselho de Administração; XIX - Acompanhar e controlar o cumprimento das determinações/decisões do Conselho de Administração do IPERON, registradas em atas, através de relatório semestral a ser apresentado ao Conselho de Administração; XX - desenvolver outras atividades compatíveis com sua pasta, determinadas pelo Conselho de Administração do IPERON; XXI – solicitar justificadamente ao Conselho de Administração a contratação de auditores independentes, bem como informar através de relatório circunstanciado os resultados obtidos; § 11 - no uso de suas atribuições o Auditor-geral poderá requisitar a qualquer autoridade ou órgão da Administração do IPERON documentos, registros, informações e esclarecimentos necessários à sua atuação. § 12 – para melhor eficiência na execução das atividades de auditoria do Instituto, o Auditor Geral poderá elaborar e apresentar ao Conselho de Administração, para aprovação, instruções para execução de normativos, Resoluções e Manuais de procedimentos internos, cujo cumprimento envolva atribuições ou competências de auditoria do IPERON”. Após discussão, o **Conselho deliberou e aprovou por unanimidade**, a minuta do anteprojeto de Lei Complementar que será enviado ao Chefe do Poder Executivo do Estado de Rondônia pelo CAD, como sugestão visando que seja procedida a regulamentação das atribuições de Auditor Geral do IPERON, com as alterações deliberadas pelo Conselho. Dando prosseguimento a reunião, a Presidente falou do assunto seguinte da pauta que é sobre a renúncia do membro do Conselho Superior Previdenciário, o Sr. Roney da Silva Costa. Falou ainda que a responsabilidade de indicação dos representantes dos servidores para o Conselho Superior Previdenciário é do Conselho Administrativo. Ressaltou que é necessário que nesta reunião ordinária seja feito a indicação e escolha dos representantes dos servidores, titular e suplente para compor o Conselho Superior Previdenciário. A Presidente indagou aos Conselheiros (as), se a destituição como representante dos servidores no CSP, seria somente ao Sr. Roney da Silva Costa, membro titular ou também ao Sr. Ivaldo Ferreira Viana, membro suplente. A Conselheira Vanda Vilhena falou que o Sr. Ivaldo Ferreira Viana, fez um excelente trabalho quando foi membro deste colegiado e se diz favorável à permanência do mesmo, como membro suplente representante dos servidores no CSP. O Conselheiro Christian Ito lembrou que o Conselho quando indicou e nomeou os representantes dos servidores para o CSP, na deliberação e aprovação deste Conselho, foi estipulado um prazo para que fossem mantidos com a atribuição, por isso, acha necessário, que ambos sejam destituídos e a indicação e escolha de novos membros para compor o Conselho Superior Previdenciário. O Conselheiro Leonardo Hernandez solicitou que conste nesta ata que a escolha e a indicação dos representantes dos servidores no Conselho Superior Previdenciário ocorreu na 3ª Reunião Extraordinária do CAD/IPERON, no dia 27 de agosto de 2014, ficando decidido que eles ocupariam o cargo no CSP por um período de experiência. O Conselheiro Raiclin Lima sugeriu como novos representantes dos servidores no CSP, o Conselheiro Adriel Pedroso dos Reis como titular e o Conselheiro Adailton Silva Lima como suplente. O Conselheiro Christian Ito ressaltou que seria importante a participação de representantes dos servidores no CSP, somente os representantes de sindicatos. A Conselheira Adma Franciane sugeriu que fosse estipulado prazo de 1 (um) ano a 2 (dois) anos para permanência dos representantes dos servidores no Conselho Superior Previdenciário. O Conselheiro Francisco Borges falou que não acha necessário o Conselho nesta reunião ordinária estipular o prazo de permanência dos representantes dos servidores no Conselho Superior Previdenciário, mas em outra oportunidade, achando necessário que o assunto seja colocado na pauta da reunião, estipulando o prazo de permanência dos mesmos. Após discussão, o **Conselho deliberou e aprovou por maioria de votos**, a destituição dos membros representantes dos servidores no Conselho Superior Previdenciário, indicados e



nomeados por este Conselho, o Sr. Roney da Silva Costa – Membro Titular e o Sr. Ivaldo Ferreira Viana – Membro Suplente, atendendo ao pedido de renúncia do titular e devido o prazo de experiência de ambos já ter excedido, conforme consta na Ata da 3ª Reunião Extraordinária do CAD/IPERON, no dia 27 de agosto de 2014. Em seguida, **o Conselho deliberou e aprovou por unanimidade**, pela indicação e nomeação dos novos representantes dos servidores no Conselho Superior Previdenciário, o **Sr. Adriel Pedroso dos Reis como Titular** e o **Sr. Adailton Silva Lima como Suplente**. Prosseguindo, a Presidente falou do tema seguinte da pauta que é Projeto de Lei Complementar nº 082/2016, que se encontra na Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia (ALE-RO), alterando LC 432/2008, relacionado às regras de pensão para dependentes de servidores públicos civis e militares, solicitado pelo Conselheiro Adriel Pedroso dos Reis que constasse na pauta desta reunião. Em seguida, passou a palavra ao mesmo para falar sobre o assunto. O Conselheiro Adriel dos Reis falou que ficou surpreso quando observou que o PL da LC 082/2016, que altera as regras de acesso e manutenção de pensão para dependentes de servidores públicos civis e militares do Estado de Rondônia. Disse que viu o projeto no site da Assembleia Legislativa, enquanto pesquisava outro assunto, mas que verificou que a matéria passou pelo CSP para apreciação e aprovação e após, a aprovação do CSP foi encaminhado para a Assembleia Legislativa do Estado para votação. Falou ainda que consultando alguns colegas do Conselho, para saber se estavam sabendo sobre o projeto que está na Assembleia, mas todos aqueles que foram consultados responderam que não estavam sabendo sobre o assunto. O Conselheiro Adriel dos Reis ressaltou dizendo não se recordar do assunto, que é um tema tão relevante para todos os segurados do IPERON, ter passado pelo Conselho Administrativo, mesmo que fosse para conhecimento, pois teria havido ao menos a oportunidade de se fazer sugestões ou ajustes antes do envio à Assembleia, o que não ocorreu, ou seja, não passou para ser discutido no CAD/IPERON, mas lendo a justificativa, contida na Matéria encaminhada à Assembleia consta que teria havido uma ampla discussão, mas se não passou pelo CAD, a maioria dos Sindicatos de Servidores não tinha conhecimento, então não parece que tenha realmente havido discussão com os interessados, que são os contribuintes do IPERON, os servidores públicos. O Conselheiro Adriel dos Reis enfatizou que mesmo já tendo o Projeto passado pela análise do Conselho Superior Previdenciário, entendeu como pertinente trazer o assunto para conhecimento do Conselho, uma vez que a proposta do PL já está na Assembleia Legislativa, para votação embora possua algumas imperfeições técnicas e possivelmente não esteja adequado à realidade do Regime Próprio dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia (RPPS/RO), parecendo apenas uma cópia do projeto que alterou as regras de acesso e manutenção de pensão do Regime Geral de Previdência Social - RGPS (Leis 8.213/91). Ressaltou que analisou item por item do projeto e verificou que ele tem modificações que somente seriam cabíveis para o RGPS ou para o RPPS da União, os quais foram alterados pela Lei nº 13.135/15, que teve como fundamento estudos técnico feito com base na realidade do RGPS e não nos Estudos Atuariais que, embora precisem de uma melhoria na base de dados, são os que melhor expressam a situação do RPPS/RO. O Conselheiro Adriel dos Reis falou sobre algumas características do RPPS/RO que não existem no RGPS, tais como o regime de capitalização e a segregação de massas com fundos previdenciários específicos para cada uma delas, que são o fundo capitalizado para aqueles que ingressaram até 31/12/2009 e o fundo financeiro, para aqueles que ingressaram no serviço público em Rondônia a partir de 01/01/2010. Além disso, exemplificando, quando se faz a relação entre o número de contribuintes em atividade e o de pensionistas a situação do RPPS/RO é muito superior à média nacional. No Fundo Capitalizado, por exemplo, temos cerca de 17 Mil segurados/contribuintes para 97 pensionistas, tendo, portanto, uma arrecadação considerável para um quantitativo pequeno de pensionistas. Falou também que no Fundo Previdenciário temos cerca de 35 mil segurados/contribuintes para 689 pensionistas, tendo, ainda, uma boa proporção de contribuintes em relação ao número de pensões em manutenção. Enfatizou que o PL já está na ALE-RO para votação, mas achou necessário trazer para conhecimento do conselho essas considerações, pois outros projetos de lei, até menos relevantes, já passaram para análise



e esse não passou, mas em sua opinião, deveria ter passado pelo Conselho Administrativo para maior discussão para proporem sugestões sobre o tema. Destacou que existem modificações que serão implantadas, caso o Projeto seja aprovado e sancionado que não seguem a mesma lógica das mudanças promovidas no RGPS como, por exemplo, o que consta no *"Art. 34, item 6 – será vitalícia a pensão se o pensionista contar com 44 (quarenta e quatro) anos completos ou mais de idade, na data do óbito do segurado, ou na hipótese de falecimento estritamente relacionado ao serviço"*. Destacou ainda que da forma como ficou redigido, se o servidor falecer em serviço, independente da idade da pensionista no momento do óbito, a pensão será vitalícia, o que não se harmoniza com os objetivos das mudanças procedidas tanto no âmbito do RGPS, como do RPPS dos servidores da União (Lei nº 8.112/90), que foi o de evitar a manutenção do benefício por longa data, quando não existir lastro anterior, isto é, um mínimo de 24 meses de contribuição. A Presidente falou que concorda com a preocupação do Conselheiro Adriel Pedroso dos Reis, mas ressaltou que em várias oportunidades trouxe o tema para ser tratado neste Conselho, inclusive informando sobre a deliberação do Conselho Superior Previdenciário, bem como fez circular a Nota Técnica do MPS, a Resolução do CONAPREV para todos os Conselheiros e não o fez uma única vez. Asseverou que o Conselheiro Francisco Borges, também fez parte da Comissão designada pelo CSP. Falou ainda que o Conselho Superior Previdenciário recebeu a resolução do CONAPREV e a Nota Técnica da SEGENAL do então Ministério da Previdência Social, deliberando por criar uma comissão para estudar o assunto e elaborar o PL. Enfatizou que se o Conselho decidir que existem pontos no PL a serem revistos, mesmo já estando na ALE-RO para votação, concorda que deve ser elaborado pelo Conselho uma proposta de ajustes e correções no PL 082/2016, mas que não concorda com o manifesto do Ilustre Conselheiro Adriel Pedroso dos Reis. O Conselheiro George Braga falou que o Conselho faça um estudo sobre o tema e se for constatado que o PL precisará de correções e ajustes, nada obsta que seja pedida vista do processo, sugerindo os ajustes e correções. Após discussão, **o Conselho deliberou e aprovou por maioria**, ficando a cargo do Conselheiro Adriel Pedroso dos Reis elaborar um relatório acerca do Projeto de LC, com apontamento de eventuais imperfeições que necessitem ser adequadas, de forma que o Conselho Administrativo, se assim entender, possa sugerir propostas de ajustes no PL 082/2016, que altera LC 432/2008, no que se refere às regras de acesso e de manutenção de pensão, para dependentes de servidores públicos civis e militares, bem como, se for o caso, submetê-lo à apreciação do Conselho Superior Previdenciário. A Presidente falou sobre o III Ciclo de Palestra do IPERON que teve como tema, **"Novos paradigmas na Política de Saúde do Servidor e a sustentabilidade do RPPS's"**, que ocorreu nos dias 20 e 21 de julho de 2016, das 8:00 as 12:00hs, no auditório do Corpo de Bombeiros, Av. Campos Sales nº 3293, bairro Olaria, conforme convite encaminhado aos Conselheiros (as), através dos correios eletrônico (e-mail). Falou ainda que o tema escolhido é bastante discutido nos Conselhos, CONAPREV e ultimamente pela Equipe Econômica do Estado, devido a sua importância, e para o futuro do servidor (aposentadoria). Ressaltou dizendo que as palestras foram muito proveitosas, superando as expectativas. A Presidente destacou que um dos palestrantes foi o Conselheiro Adriel Pedroso dos Reis, falando sobre o tema *"Benefícios previdenciários decorrentes de acidentes e doença concedidos pelo RPPS's (civis e militares); reflexões sobre o quadro atual e a necessidade de adequações"*, oportunidade em que agradeceu pela excelente apresentação. A Presidente informou que nos dias 20, 21 e 22 de setembro do corrente ano, haverá o II Fórum Previdenciário do IPERON e que teremos na abertura do fórum a presença do Dr. Fábio Zambitte Ibrahim, Advogado, Doutor em Direito Público – UERJ, Mestre em Direito Previdenciário – PUC/SP, Ex-Presidente da 10ª Junta de Recursos do Conselho de Recursos da Previdência Social – MPS, Ex-auditor fiscal da Receita Federal do Brasil e Professor e Coordenador de Direito Previdenciário da Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro – EMERJ; também a presença da Professora Magadar Rosália Costa Brigue, Especialista em Direito do Estado pela USP, Procuradora do Município de São Paulo aposentada e Consultora Jurídica da Associação Paulista de Entidades de Previdência Municipal (APREPEM e ABIPEM); Senhor Alex Albert Rodrigues, Coordenador Geral de




ESTADO DE RONDÔNIA
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA
IPERON
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Auditoria, Atuária e Contabilidade e Investimentos do Ministério do Trabalho e Previdência Social; Senhor Leonardo da Silva Motta, Coordenador Geral de Normatização e Acompanhamento Legal do Ministério do Trabalho e Previdência Social e o Dr. Wilber Carlos dos Santos Coimbra, Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, Presidente da Escola de Contas do TCE-RO, Doutorando em Ciências Jurídicas pela UNIVALI, Mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional pela UNITALI, Especialista em Direito Administrativo e Professor Universitário. Informou que os convites para o II Fórum Previdenciário do IPERON serão encaminhados aos Conselheiros (as), com antecedência. Dando continuidade a reunião, a Presidente lembrou que as próximas reuniões ordinárias precisam ser marcadas, devido à necessidade da informação no site do IPERON, exigência do Ministério da Previdência Social. Após discussão, o Conselho deliberou e aprovou que as próximas reuniões ordinárias serão, nos dias **29 de agosto, 26 de setembro, 24 de outubro, 21 de novembro e 05 de dezembro do corrente ano.** Conselheira Presidente agradeceu a presença e a participação de todos e encerrou a reunião às 17hs. (dezessete horas), da qual eu, Joelma Alencar Diniz, Secretária do Conselho, avrei a presente ata, que será assinada pela Presidente e Conselheiros presentes.


Maria Rejane Sampaio dos Santos Vieira
Conselheira Presidente


Adma Franciane Levino Gonzaga
Conselheira


Adailton Silva Lima
Conselheiro


Claudio Fon Orestes
Conselheiro


Francisco Borges Ferreira Neto
Conselheiro


Helga Terceiros de Medeiros Chaves
Conselheira



Leonardo Hernandez de Figueiredo
Conselheiro


Vanda Vilhena de Melo
Conselheira


Andrea Maria Rezende
Conselheira


Adriel Pedroso dos Reis
Conselheiro


Christian Norimitsu Ito
Conselheiro


George Alessandro Gonçalves Braga
Conselheiro


Lucineia Lobo Moreira Braga
Conselheira


Raíclin Lima da Silva
Conselheiro